



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA –UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

As fragilidades encontradas na inclusão dos surdos.

Maria Aparecida Pereira Moraes

Lagamar, MG, Brasil

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA -UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

As fragilidades encontradas na inclusão dos surdos.

MARIA APARECIDA PEREIRA MORAES

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial.

Orientadora: Prof. Ms. Michele Quinhones Pereira

Lagamar, MG, Brasil
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DÉFICIT COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS

Artigo Monográfico de Especialização, intitulado *As fragilidades encontradas na inclusão dos surdos*, apresentado por Maria Aparecida Pereira Moraes como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, aprovado pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Ms. Michele Quinhones Pereira
(Orientadora)

Prof. Ms. Cleide Lovatto Pires

Prof. Ms. Mônica Zavacki de Moraes

Lagamar, MG, Brasil
2010

RESUMO

MORAES, Maria Aparecida Pereira. **As fragilidades encontradas na inclusão dos surdos**; Prof. Orientadora: Michele Quinhones Pereira; Lagamar: UFSM, 2010, 21fl., Artigo monográfico de especialização.

Este trabalho tem como proposta o estudo sobre a educação dos surdos tratado a partir das políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, verificando as fragilidades encontradas nesse discurso. Assim, o trabalho apresenta uma breve literatura sobre o tema e também uma pesquisa de campo, feita através de aplicação de questionário aos educadores da rede pública da cidade de Lagamar que vivenciam o processo de inclusão dos surdos, com o propósito de verificar a preparação destes profissionais para a prática inclusiva. Espera-se que, através desse estudo, surjam reflexões acerca da educação dos surdos, além de apresentar subsídios que possam contribuir, ainda que de forma superficial, para uma melhoria no ensino.

Palavras-chaves: Surdez; Educação Inclusiva; Formação de Professores; Políticas Públicas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percepção de educadores sobre a inclusão de surdos no ensino regular	13
Gráfico 2: Sentimentos relativos à inclusão de surdos no ensino regular	14
Gráfico 3: Significado de inclusão de surdos no ensino regular, para os educadores	15
Gráfico 4: Visão dos educadores em relação a sua formação profissional e a inclusão de surdos no ensino regular	16
Gráfico 5: Caracterização da atuação em sala de aula com alunos surdos	17
Gráfico 6: Preparação da escola para realizar a inclusão de alunos surdos	17
Gráfico 7: O que realmente falta para a inclusão de alunos surdos no ensino regular, segundo os educadores	18

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	09
3. REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1 Abordagem pedagógica: aluno surdo	10
3.2 Políticas públicas e rede de inclusão do aluno surdo	12
4. DISCUSSÕES E RESULTADOS	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6. REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO

Refletir sobre as questões da educação para todos, incluindo alunos e professores, faz-se necessário para a efetividade de uma educação de qualidade, sem exceção. A inclusão tem mostrado ser benéfico aos alunos independente de suas dificuldades/habilidades, porque todo indivíduo tem direito a uma educação de qualidade e suas necessidades individuais devem ser atendidas afim de que possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante cognitiva, emocional e socialmente. De acordo com Sasaki, a inclusão é:

um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.3).

Dessa forma, educar alunos de maneira segregada em salas de educação especial significa negar-lhes o acesso a formas de socialização e aprendizagem que somente acontecem numa sala regular devido à grande diversidade de alunos inseridos num mesmo ambiente.

A Educação Especial, segundo a plataforma do Ministério da Educação e da Cultura - MEC é uma modalidade de educação escolar que perpassa todas as etapas e níveis de ensino; está ainda garantida na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que regulamenta a garantia do direito de acesso e permanência dos alunos com deficiências e orienta para a inclusão em classes comuns do sistema regular de ensino. Essa plataforma considera ainda o quanto é importante a formação contínua de professores. O desafio dos profissionais da educação é o de trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, considerada a importância da educação básica, que é a mola mestra do desenvolvimento econômico e social de um país. É claro que ela não está só neste desafio: "quanto mais sistemas comuns da sociedade adotarem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos: a sociedade inclusivista" (SASSAKI, 1997, p.42).

Este desafio passa também pela compreensão de todos aqueles que entendem a educação como um direito de todos. Não basta incluir o Plano Nacional de Educação – PNE no ambiente escolar, é necessário trabalhar em conjunto com toda a sociedade, no anseio de oferecer uma educação capaz de transformar a realidade, construindo uma sociedade onde para e de todos.

É necessário ressaltar que a educação de pessoas com necessidades especiais é um tema muito debatido nos meios acadêmicos e socioculturais de nossa época. Isso se caracteriza como contribuição para a construção de uma “nova sociedade”. No entanto, apesar de essa temática estar em voga, isso não implica a conquista de um padrão de educação, principalmente no que tange à inclusão.

O presente trabalho propõe-se, portanto, a uma reflexão sobre as fragilidades encontradas no discurso da inclusão dos surdos na forma como eles vem sendo tratados a partir das Políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC.

Traça-se, ao longo do trabalho, um panorama geral a respeito da surdez, abordando seus aspectos fisiológicos, pedagógicos, sociais e culturais; ressalta-se que a inclusão é um processo, cujo percurso, em boa parte, está por percorrer. Aborda-se também o histórico da educação dos alunos surdos, como tem ocorrido o processo destes na escola, na sociedade, na família e no mercado de trabalho.

Por mais que a educação especial mostre seus avanços em toda a sociedade, tendências e iniciativas revelam a necessidade de incentivos aos programas de inclusão para pessoas com necessidades especiais. Acredita-se que iniciativas podem e devem ser direcionadas em favor da sociedade, sensibilizando os educadores para atuação na educação inclusiva numa perspectiva de possibilidades. Entretanto, como professores, podemos fazer a diferença através de nossa postura e prática profissional, para definir os limites e possibilidades de uma educação inclusiva de qualidade e que esteja disponível a todas as pessoas, sem exceção; o que nos faz continuar a sonhar com esse ideal de inclusão, via educação.

2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

A fundamentação teórica desse trabalho baseia-se essencialmente na série de diretrizes para a educação especial na área de deficiência auditiva, do Ministério da Educação e Cultura, conforme apresentado nas Referências Bibliográficas. Além disso, buscou-se apoio especialmente nos textos de Sasaki (1997), Marchesi (1995) e Stainback & Stainback (1999). Demais referências são apresentadas ao final do trabalho.

O referencial teórico foi utilizado para a contextualização do processo educacional dos alunos surdos – primeira parte do trabalho - e também orientou a segunda parte, na qual se realizou uma pesquisa de campo com profissionais da rede municipal de ensino do município de Lagamar, que trabalham ou já trabalharam com alunos surdos.

A pesquisa contou de algumas questões feitas a 12 (doze) professores da rede municipal de ensino de Lagamar-MG, abordando aspectos sobre a percepção dos educadores quanto à inclusão de surdos no ensino regular, os sentimentos gerados por esse processo, a formação profissional dos educadores para o trabalho com alunos surdos, etc.

A metodologia científica aplicada ao trabalho segue as orientações de Lakatos & Marconi (2009).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Abordagem pedagógica: aluno surdo

Em outros tempos os deficientes eram segregados, afastados de qualquer convívio social. A sua “diferença” era vista como maldição desconhecida e fonte de medo. Desse medo nascia o preconceito que acabava excluindo as “pessoas diferentes”. Percebemos então, que em todos os momentos da história da nossa humanidade, as pessoas com deficiências foram alvos de comportamentos distintos e contraditórios de exclusão, integração nos diferentes contextos da sociedade. As pessoas com deficiência incomodam. Diante de uma pessoa com deficiência física, motora, sensorial (perda total ou parcial da visão, audição ou mental), as pessoas vivem sentimentos contraditórios: desde a repulsa até a compaixão. Historicamente sempre foi assim, um misto de fascínio e rejeição. O grau de civilização de um povo pode ser medido pela atenção que dedica aos mais fracos (CNBB, 2005 p.1).

É importante ressaltar que, ter um amigo, um familiar ou ser uma pessoa com deficiência não é receber um castigo, porque deficiência não é sinônimo de incapacidade. Segundo Rodrigues, a deficiência normalmente é vista como um “problema” do indivíduo. Por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade, ou teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação. Entretanto, o que se fala é que a pessoa com deficiência tem os mesmos direitos que uma pessoa “normal”, é a sociedade que tem que pensar nas diferentes formas de inclusão destas pessoas (RODRIGUES, 2001, p.24).

No Brasil a inclusão de deficientes se caracterizou, inicialmente, pela institucionalização e segregação total dessa parcela da população. Os efeitos das mudanças nas políticas de saúde após 1964 começaram a ser visíveis abrindo caminho para um outro paradigma de educação (ARANHA, 2003, pp. 15-16). Sabemos que mudanças sociais são processos lentos, principalmente em países como o Brasil, onde não há definição de rumos que se deseja imprimir no panorama sócio-político-econômico, nem na exigência do respeito a seus direitos enquanto cidadãos, co-proprietários e comandantes do país. A Constituição Federal (1988), com outros documentos legislativos assegura os direitos iguais ao cidadão brasileiro deficiente. A Legislação Brasileira, lei 9394/96, estabelece que a educação é um direito público, garantindo atendimento especializado aos alunos com necessidades

educacionais especiais. O Decreto presidencial nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei nº 7853/89 que dispõe sobre a política de Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência. E a portaria nº 3284/03 normatiza “os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições” determinando as condições que devem ser cumpridas para garantir ao aluno com necessidades educacionais especiais o pleno direito à educação, atendendo, desta forma, ao princípio da inclusão tal como consagra a Declaração de Salamanca de 1994. E com a LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), as políticas educacionais atuais têm como princípio a inclusão de crianças no ensino regular.

O processo de inclusão gera uma exigência da transformação da escola, pois acarreta na inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades deles, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino. Sasaki salienta que:

a prática da inclusão social é aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade é representada principalmente, por origem nacional, sexual, religiosa, gênero, cor, raça e deficiência. (SASSAKI, 1997, p. 73).

As discussões sobre inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino vem ganhando espaço a cada dia, já que aceitar e valorizar a diversidade de classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender. De habilidades, de línguas, de religião e outros; é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos. É a inclusão via educação acontecendo.

3.2. Políticas públicas e rede de inclusão do aluno surdo

Até a década de sessenta, o Brasil seguia a orientação dominante, considerando como melhor alternativa para o ensino de crianças surdas, o atendimento em separado, já que seus problemas lingüísticos os diferenciavam das demais crianças. Dessa forma iam surgindo mais escolas especiais para surdos, onde os portadores de deficiência auditiva eram educados, através da reabilitação oral.

Mais tarde, por volta da década de oitenta, veio uma nova tendência no campo da educação dos surdos, que ampliou sua meta para o campo pedagógico e lingüístico além do campo clínico e terapêutico; numa perspectiva integracionista que encontrou respaldo filosófico, legal e político-educacional.

A *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), por exemplo, garante, em seu artigo 208, inciso III, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Tem-se ainda a *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 1989; a *Declaração de Salamanca*, resultante da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade (1994); a *Política Nacional de Educação Especial* (1994) e o *Plano Decenal de Educação para Todos* (1994).

Tendo a atual educação de pessoas surdas, focada também no aspecto acadêmico e lingüístico, as diretrizes que tem sido traçadas, mostram que:

- a educação dos surdos deve desenvolver-se, preferencialmente, na rede regular de ensino;
- o conteúdo programático a ser desenvolvido é o mesmo do ensino regular;
- a orientação educacional permite o acesso, pelo aluno, as duas línguas: a Língua Brasileira de sinais e a Língua Portuguesa;
- a reabilitação é parte do aprendizado de Língua Portuguesa, em sua modalidade oral, própria, principalmente, para o caso de alunos que iniciaram sua educação na faixa etária de zero a seis anos;
- a aprendizagem da modalidade oral e principalmente da modalidade escrita do Português constitui tarefa cotidiana dos professores da classe especial, da sala de recursos e de classe comum do ensino regular.

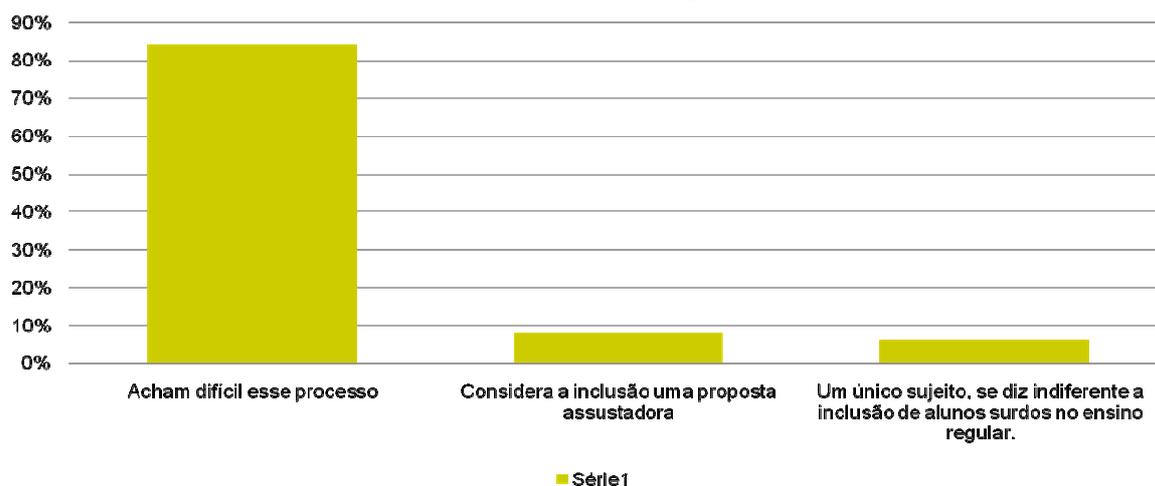
4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Com a finalidade de inteirarmo-nos sobre a real situação dos alunos surdos incluídos no ensino regular, aplicou-se um questionário aos professores de uma escola pública de Lagamar-MG.

Os sujeitos entrevistados encontram-se na faixa etária de vinte e cinco a cinquenta e um anos, sendo que a maioria é do sexo feminino e está acima de quarenta anos. A maioria dos professores possui curso superior, nas mais diversas áreas, com um tempo de formação variando de dois a trinta anos. Já o tempo de atuação com surdos varia de trinta dias a seis meses, assim pode-se perceber que os professores apresentam pouco tempo de trabalho com os mesmos.

Os dados construídos e analisados serão apresentados logo a seguir. Em relação ao objetivo 1 deste estudo, *“Verificar a percepção de educadores sobre a inclusão de surdos no ensino regular”*, observou que a grande maioria, o equivalente a oitenta e quatro por cento (84%), acha difícil esse processo, uma minoria, oito por cento (8%), não discorda deste pensamento e o intensifica considerando a inclusão uma proposta assustadora. Enquanto um único sujeito, oito por cento (8%), se diz indiferente à inclusão de alunos surdos no ensino regular; quanto ao item fácil e inviável não houve opção.

Quanto a percepção de educadores sobre a inclusão de surdos no ensino regular:



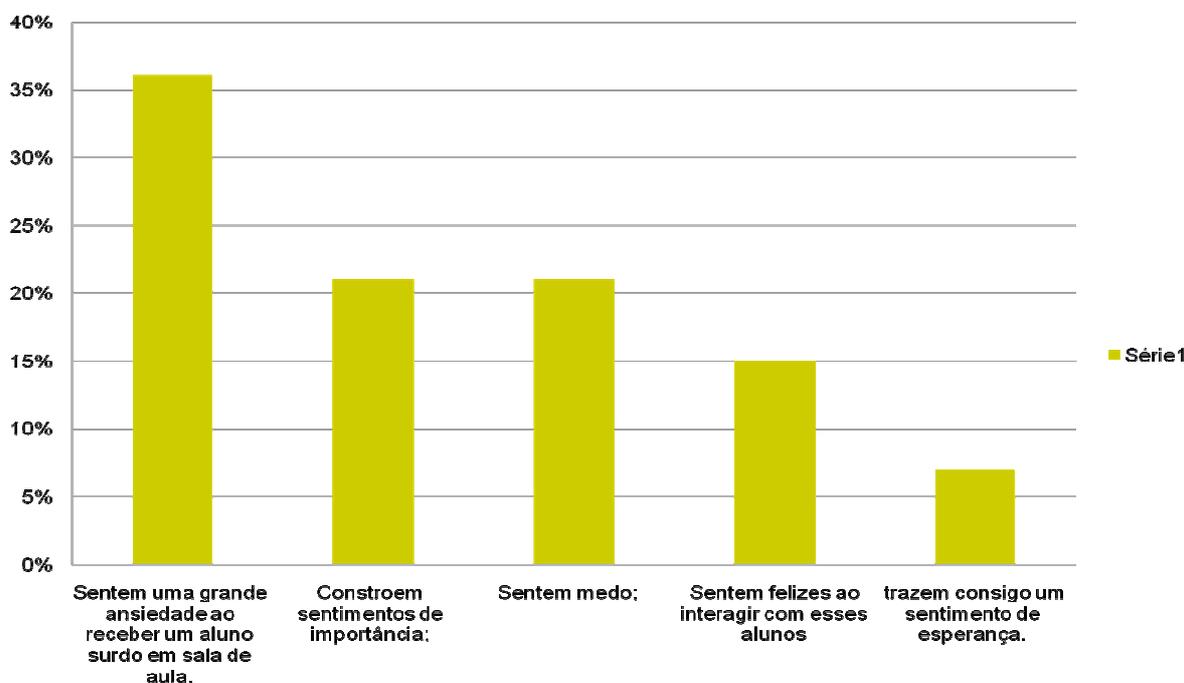
Marchesi (1995) salienta que

Um dos debates que ainda se mantém no campo da educação de crianças surdas refere-se a sua educação normal com colegas ouvintes. A possibilidade de que as crianças surdas, especialmente as que têm surdez profunda, sejam educadas em colégios de ouvintes tem sido vista com receio tanto por seus professores como pelas próprias associações de surdos. (MARCHESI, 1995, p. 215)

O autor afirma, ainda, que os professores dos colégios regulares ficam inseguros com a inclusão de crianças surdas, pelo fato de não se sentirem preparados para educá-las. Portanto, evidencia-se que os mesmos não se sentem totalmente preparados para instruí-los.

Quanto ao objetivo 2 , sobre “*Os sentimentos que ocorrem em relação a inclusão de surdos*”, concluiu-se que trinta e seis por cento (36%) dos entrevistados sentem uma grande ansiedade ao receber um aluno surdo em sala de aula, vinte e um por cento (21%) constroem sentimentos de importância; vinte e um por cento (21%) sentem medo; quinze por cento (15%) sentem-se felizes ao interagir com esses alunos; enquanto que sete por cento (7%), que refere-se a um único sujeito optou pelo item outros, afirmando que traz consigo um sentimento de esperança; não houve opção para os itens angústia e desespero.

Os sentimentos que ocorrem em relação à inclusão de surdos



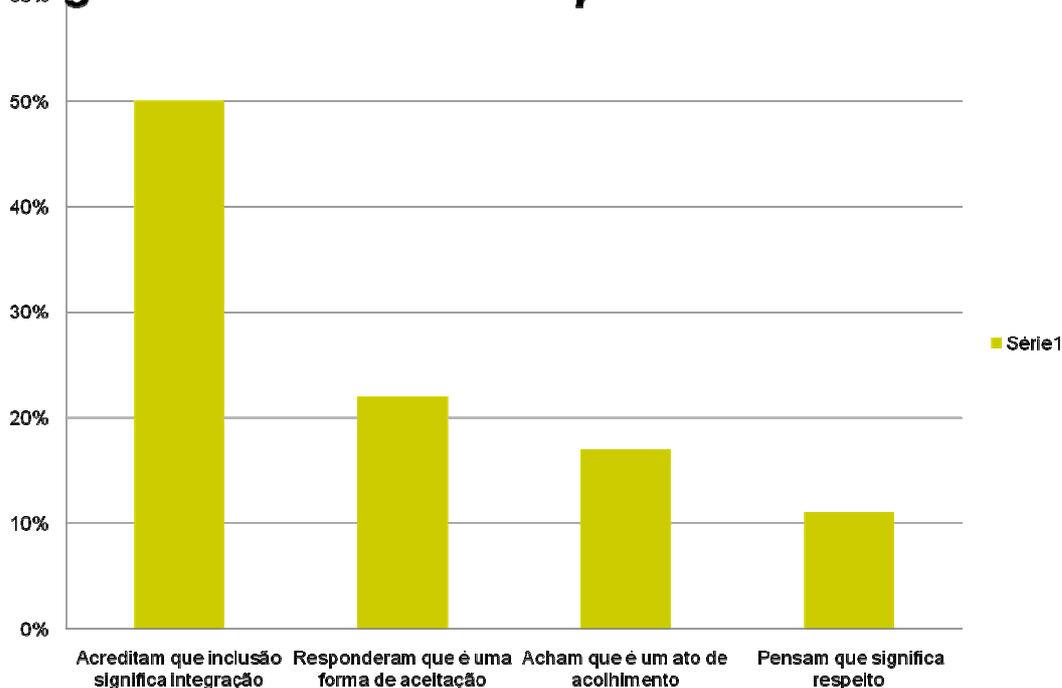
Stainback e Stainback (1999) ressaltam que

Incluir os alunos com deficiências importantes nas turmas de educação regular eleva a consciência de cada aspecto inter – relacionamento da escola como uma oportunidade: Seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos internos, seus relacionamentos com o ambiente externo e sua historia. Como bem sabe a maioria das pessoas que enfrenta a luta pela inclusão, essa consciência elevada em geral surge na forma de medo e defesa, demonstrados em termos que soam semelhantes em ambos os lados das fronteiras que separam os alunos tendo como critério a deficiência. (p.48)

Através das respostas dos educadores em questão e da análise do autor, nota-se que esses sentimentos são comuns diante daqueles que não estão preparados para o novo, ou seja,

aquilo que até então não fazia parte do seu cotidiano, que neste caso refere-se a inclusão de alunos surdos no contexto escolar. No objetivo 3 “*Significado de inclusão para os educadores*”, constatou que: trinta e três por cento (33%) acreditam que inclusão significa integração, vinte e dois por cento (22%) responderam que é uma forma de aceitação, dezessete por cento (17%) acham que é um ato de acolhimento e onze por cento (11%) pensam que significa respeito. Em relação aos itens compaixão e utopia não houve respostas.

Significado de inclusão para os educadores

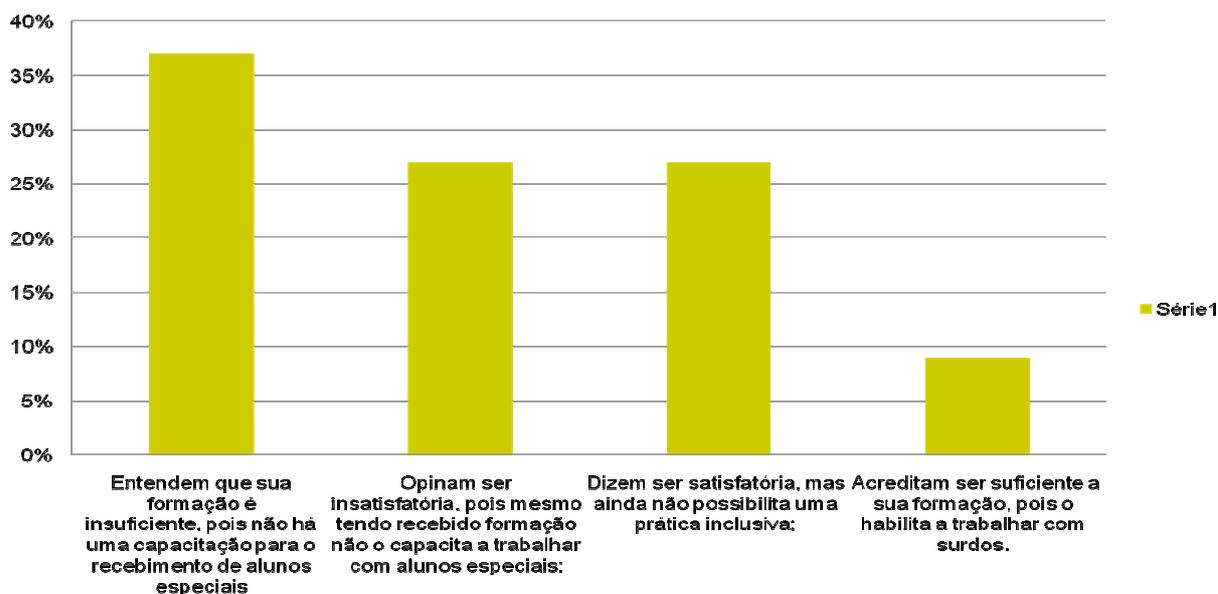


Pelas respostas dos entrevistados constata-se que a maioria entende que inclusão significa ou envolve integração. Para Sasaki (2003, p.44), varias pessoas “utilizam indistintamente os termos integração e inclusão, como se fossem sinônimos, todos significando uma única coisa – inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade”. O referido autor afirma ainda que, a prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. (p.42).

Desta forma, a percepção dos educadores entrevistados confirmam os estudos discutidos por Sasaki. Sobre “*Inclusão na visão dos educadores em relação a sua formação profissional*”, constatou que trinta e sete por cento (37%), entendem que sua formação é insuficiente, pois não há uma capacitação para o recebimento de alunos especiais. Vinte e sete por cento (27%) opinam ser insatisfatória, pois mesmo tendo recebido formação não o

capacita a trabalhar com alunos especiais. Vinte e sete por cento (27%) diz ser satisfatória, mas ainda não possibilita uma prática inclusiva, e apenas nove por cento (9%), correspondente a um único sujeito, acredita ser suficiente a sua formação, pois o habilita a trabalhar com surdos.

Inclusão na visão dos educadores em relação a sua formação profissional:

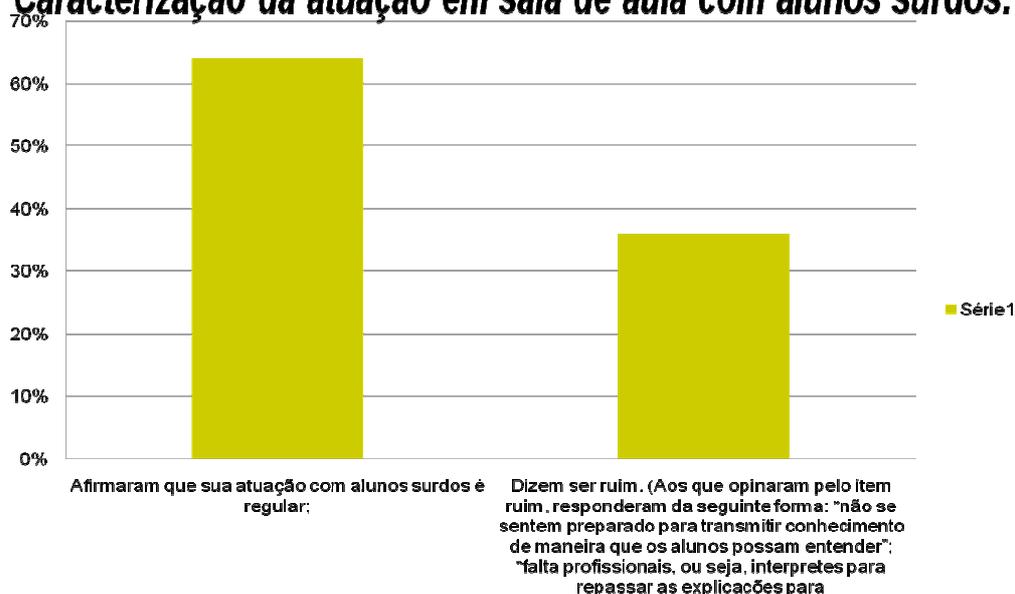


Percebe-se que a maioria dos entrevistados visualizam sua formação como insuficiente, que necessitam aprimorar mais seus conhecimentos, fazendo cursos de capacitação, enquanto que uma minoria, que neste caso equivale a um sujeito, acentua sua formação como suficiente, sem necessidade de aperfeiçoamento.

Em se tratando da formação profissional Cartolano (1998) enfatiza que o profissional da educação depois de sua inserção no mercado de trabalho, deve continuar aperfeiçoando-se e aprofundando seus estudos. No entanto, pela análise das respostas dos entrevistados, entende-se que os mesmos têm consciência de que sua formação não é o bastante para atender alunos com necessidades especiais.

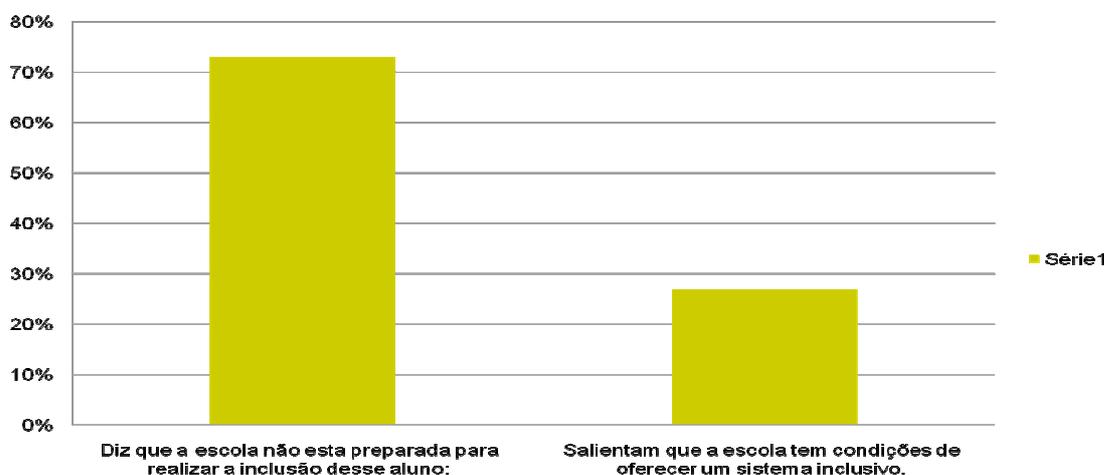
Em relação ao objetivo 5 “*Caracterização da atuação em sala de aula com alunos surdos*”, sessenta e quatro por cento (64%) afirmaram que sua atuação com alunos surdos é regular, enquanto que trinta e seis por cento (36%) dizem ser ruim.

Caracterização da atuação em sala de aula com alunos surdos:



A maioria dos docentes optou pelo item regular e justificaram dizendo que: “os professores não tiveram formação adequada para receber tais alunos”; não se sentem preparados para fazer uma boa comunicação com o aluno, pois não possuem domínio da língua de sinais (LIBRAS)”. Aos que opinaram pelo item ruim, responderam da seguinte forma: “não se sentem preparados para transmitir conhecimento de maneira que os alunos possam entender”; “falta profissionais, ou seja, interpretes para repassar as explicações para os alunos”. E na visão dos educadores em relação à preparação da escola para realizar a inclusão de alunos surdos, percebe-se por um lado setenta e três por cento (73%) diz que a escola não esta preparada para realizar a inclusão desse aluno, por outro, vinte e sete por cento (27%) salientam que a escola tem condições de oferecer um sistema inclusivo.

Preparação da escola para realizar a inclusão de alunos surdos:



Os docentes que optaram pela resposta negativa justificaram-se da seguinte maneira: “Os professores ainda não estão capacitados”; “além de existir boa vontade, carinho, aceitação e respeito por parte dos professores e gestores da escola, falta melhor estrutura como: menor numero de alunos e interprete para trabalhar juntamente com os professores na sala de aula”; “ não estamos preparados totalmente, mas estamos caminhando para isso, com cursos para professores”; não esta totalmente integrada na comunicação LIBRAS”. Porem, os docentes que responderam positivamente não justificaram suas respostas.

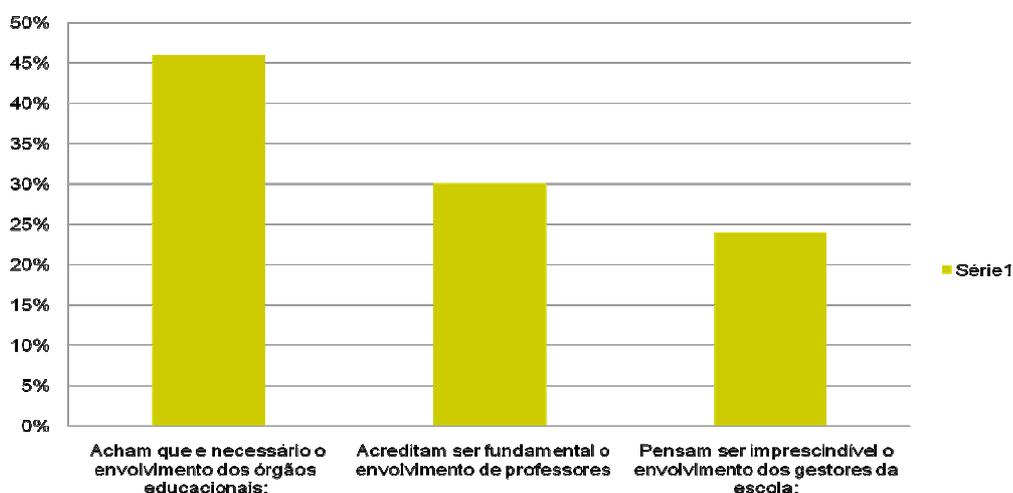
Assim, analisa-se que a maioria dos educadores acha que a escola não está preparada para inclusão, porque sua equipe docente não tem uma formação apropriada para atender os educandos surdos, como também falta um especialista, ou seja, um interprete, para ampará-los.

Thomas (*apud* Marostega e Recico, 2002) argumenta que o problema da inclusão bem sucedida está no despreparo dos membros escolares. Acentua ainda que isso ocorra porque os profissionais não possuem conhecimento da língua de sinais e das teorias que mantém estrita relação com as didáticas educacionais e com o desenvolvimento do surdo.

Evidencia-se pelas colocações das autoras que para o êxito do processo inclusivo e primordial que os profissionais da instituição sejam bem qualificados e capacitados.

Por fim, o objetivo que trata sobre “*O que realmente falta para que ocorra a inclusão de alunos surdos no ensino regular*”, resultou que trinta e sete por cento (37%) acham que é necessário o envolvimento dos órgãos educacionais, vinte e cinco por cento (25%) acreditam ser fundamental o envolvimento de professores e dezessete por cento (17%) pensam ser imprescindível o envolvimento dos gestores da escola.

O que realmente falta para que ocorra a inclusão de alunos surdos no ensino regular:



Um único sujeito justificou sua resposta, afirmando ser “necessário o conjunto, a inclusão com qualidade na educação sem isso, não ocorrerá”.

Pelas palavras dos autores, conclui-se que para realmente ocorrer a inclusão é fundamental que se unam todos os membros que fazem parte deste processo.

Após a análise dos questionários pode-se verificar que os educadores que atuam com alunos surdos não estão totalmente capacitados para recebê-los em sua sala de aula, bem como falta um interprete para apoiá-los. Desta forma, conclui-se que a escola ainda não está preparada para inclusão destes sujeitos.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, pode-se acompanhar que foi gradativo o processo de mudanças de postura em relação às pessoas com necessidades especiais, e em relação ao surdo, se antes eram “escondidos” pelas suas famílias, com as mudanças sociais do final do século XX, possibilitou-se a visibilidade e atualmente o efetivo processo de inclusão em nossa sociedade como podemos observar no panorama sobre as políticas públicas.

Mas, em particular, concluiu-se que há um grande caminho a percorrer para que realmente ocorra a inclusão de surdos no ensino regular. Inclusão vai além de inserir um aluno com necessidades especiais ao contexto escolar. É preciso que toda a comunidade escolar esteja preparada, equipada, adaptada para recebê-los.

Quanto ao corpo docente das instituições que pleiteiam à inclusão, é fundamental que este tenha uma formação adequada e que esteja buscando cada vez mais novos conhecimentos, para que possa ter condições de ensiná-los ao seu aluno, sabendo que este está compreendendo.

Sabe-se que alfabetizar não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se trata de um aluno surdo, que utiliza uma outra via de comunicação, que é viso-gestual e que apresenta uma estrutura diferente da Língua Portuguesa.

Alguns desafios enfrentados pela Política Nacional de Educação Especial - estão relacionados à aceitação e enfrentamento da situação da família, os preconceitos e as leis que muita das vezes não passam do papel.

O que se percebe de verdade é que as escolas comuns não estão preparadas para receber alunos surdos, pois faltam profissionais capacitados para atendê-los. E enquanto não houver uma preocupação dos órgãos educacionais em preparar os profissionais que atuam com surdos, a sua inclusão só acontecerá no papel.

Assim, espera-se que este estudo tenha conseguido sintetizar e despertar o interesse sobre o processo inclusivo dos surdos, bem como contribuir para que a comunidade escolar possa ter maior sensibilidade e informação em relação à inclusão.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio; **Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da identidade pessoal e social**. São Paulo: SORRI-Brasil; Brasília: CORDE, 2003. (série Estudos e Pesquisas na área de deficiência volume 9).

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**. 2007. in <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Centro Nacional de Educação Especial. **Atividades e recursos pedagógicos para deficientes da audição**. Rio de Janeiro, MEC/FENAME, 1983.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992; de 2004, e pelas Ementas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994..23.Ed. 1994

CARTOLANO, M.T.P. **Formação de Educador no Curso de Pedagogia: A educação Especial**. Cadernos CEDES, V. 19, 1998.

Declaração de Salamanca, 1994. in <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

INSTITUTO DA PASTORAL DA JUVENTUDE (IPJ). **Campanha da Fraternidade**. Porto Alegre: Jornal Mundo Jovem, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCHESI, A. Comunicação, Linguagem e Pensamento das Crianças Surdas, In: COLL, c. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**: Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial – **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência auditiva** – 1995. Série Diretrizes, nº 6.

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. **Tendências e desafios da Educação** – 1994- Série Diretrizes, nº 3.

RECHICO, Cinara Franco; MAROSTEGA, Vera Lúcia. **(Re) pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos**. *Cadernos de Educação Especial*, Santa Maria: N. 19, P. 05-10, 2002.

RODRIGUES, D. “**A educação e a diferença**”. In David Rodrigues (org) “Educação e diferença: valor e práticas para uma Educação Inclusiva”, Porto Editora, 2001.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.